



Porto Franco - MA

DIÁRIO OFICIAL



Terceiros

EDIÇÃO 363 ANO IV, PORTO FRANCO-MA, DIARIO OFICIAL, SEGUNDA FEIRA, 01 DE ABRIL DE 2020- PG 01/13

SUMÁRIO

Ata de Registro de Preços.

Pagina01/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO – MA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Ata de Registro de Preços nº 012/2020
Processo Administrativo nº 085/2020
Pregão Presencial nº 014/2020**

O Município de Porto Franco - MA, com sede à Praça da Bandeira, n/ 10, Centro, CEP: 65.970-000, Porto Franco - MA, inscrito no CNPJ nº 06.208.946/0001-24, doravante denominada Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Administração, Senhor Celiano Francisco Cavalcante da Silva, RG.771735 SSP/AL e CPF: 540.346.204-04, com a intervenção da Secretaria Municipal de Administração, enquanto **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE registrar os preços dos serviços propostos pelas empresas abaixo qualificadas, doravante denominados **BENEFICIÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, considerando a homologação do **Pregão Presencial nº 014/2020-CPL**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo nº 085/2020**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Federal nº 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata de Objetivando o **Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada Locação de veículos leves, caminhões e máquinas pesadas, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Porto Franco – MA**, nas especificações, quantidades e preços abaixo, obedecidas as condições definidas nesta Ata, no Edital e seus Anexos e na Proposta vencedora, parte integrante deste documento independente de transcrição.

BENEFICIÁRIO DA ATA: C & F SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA		
CNPJ: 10.256.060/0001-23	FONE/FAX:	
ENDEREÇO: Av Ferradura S/Nº loteamento Cidade Nova, Davinópolis – MA		
E-MAIL: cayo_franco00@hotmail.com		
REPRESENTANTE LEGAL: Cayo César Franco Fonseca		
CPF Nº: 013.100.413-18	RG Nº: 0172146520018 – SSP-MA	
DADOS BANCÁRIOS:		
BANCO: Banco do Brasil	AGÊNCIA: 2365-5	CONTA: 18328-8

LOTE I - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	PRAZO	VL UNIT	VL TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO CAPACIDADE DE 5 PESSOAS. COM MANUTENÇÃO EM DIAS PARA A FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	10	12	R\$ 3.348,00	R\$ 401.760,00
2	LOCAÇÃO DE CAMIONETE CABINE SIMPLES 4X2. COM MANUTENÇÃO EM DIAS PARA A FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	2	12	R\$ 5.215,00	R\$ 125.160,00
4	VEÍCULO TIPO VAN OU SIMILAR, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 11 (LUGARES) PASSAGEIROS SENTADOS. COM MANUTENÇÃO EM DIAS PARA A FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO.	MÊS	2	12	R\$ 7.925,00	R\$ 190.200,00
5	VEÍCULO TIPO MINI VAN OU SIMILAR , EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 06 (LUGARES) PASSAGEIROS SENTADOS. COM MANUTENÇÃO EM DIAS PARA A FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	1	12	R\$ 4.390,00	R\$ 52.680,00
6	CAMINHÃO BASCULANTE "TRUK" , COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12 (TONELADAS), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 231CV (DUZENTOS E TRINTA E UM CAVALOS), EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA O TRABALHO, TRANSPORTE DE TERRAS, CASCALHOS, ENTULHOS, LIXOS E DEMAIS MATERIAIS, DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS POR LEI, QUILOMETRAGEM LIVRE E	MÊS	2	12	R\$ 7.880,00	R\$ 189.120,00

	COMBUSTÍVEL À DIESEL. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES					
7	CAMINHÃO BASCULANTE "TRUK TRASSADA" , COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12 (TONELADAS), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 290CV (CENTO E TRINTA E QUATRO CAVALOS), EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA O TRABALHO, TRANSPORTE DE TERRAS, CASCALHOS, ENTULHOS, LIXOS E DEMAIS MATERIAIS, DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS POR LEI, QUILOMETRAGEM LIVRE E COMBUSTÍVEL À DIESEL. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	2	12	R\$ 8.395,00	R\$ 201.480,00
8	CAMINHÃO BASCULANTE "TOCO" , SEM MOTORISTA, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 5 (TONELADAS), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 134CV (CENTO E TRINTA E QUATRO CAVALOS), EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA O TRABALHO, TRANSPORTE DE TERRAS, CASCALHOS, ENTULHOS, LIXOS E DEMAIS MATERIAIS, DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS POR LEI, QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL A DIESEL. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	2	12	R\$ 4.340,00	R\$ 104.160,00
9	CAMINHÃO "TRUK", TIPO PIPA , EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM RESERVATÓRIO PARA NO MÍNIMO 5.000 LITROS DE ÁGUA, EQUIPADO COM BOMBA, BICO DE PATO, SIRENE DE RÉ, NO MÍNIMO 250 METROS DE MANGUEIRA, 100 METROS DE MANGOTE, BICO DE ESGUICHO OU CHUVEIRO, SISTEMA DE AUTO ABASTECIMENTO E	MÊS	1	12	R\$ 7.040,00	R\$ 84.480,00

	RECALQUE PRESSURIZADO, LEGALIZADO PARA TRANSITAR EM RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS, QUILOMETRAGEM LIVRE, E COMBUSTÍVEL A DIESEL. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES					
10	CAMINHÃO CARGA SECA , OU SIMILAR, COM CARROCERIA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 8.900 (TONELADAS), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 185CV (CENTO E TRINTA E QUATRO CAVALOS) EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS POR LEI. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES		2	12	R\$ 6.415,00	R\$ 153.960,00
11	CAMINHÃO 3/4 , EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM CARROCERIA DE MADEIRA, DOTADOS DE TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS POR LEI, COMBUSTÍVEL A DIESEL. POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	1	12	R\$ 5.853,00	R\$ 70.236,00
VALOR TOTAL						R\$1.573.236,00
VALOR POR EXTENSO:		Um milhão e quinhentos e setenta e três mil e duzentos e trinta e seis reais				
LOTE II - HORAS MÁQUINA						
IT E M	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUAN T	VL UNIT	VL TOTAL	
1 4	RETROESCAVADEIRA , EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA O TRABALHO. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TRACÇÃO 4X4 , EQUIPADA COM MOTOR TURBO ALIMENTADO DE 04 CILINDROS COM POTENCIA MÍNIMA DE 92 HP A 2.200 RPM SISTEMA ELÉTRICO DE 12 VOLTS, COM CINTO	Hora Maquina	1000	R\$ 130,00	R\$ 130.000,00	

	<p>DE SEGURANÇA E CAÇAMBA FRONTAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,95M³, COM 03 CAÇAMBAS TRASEIRAS, SENDO, 01 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30" COM GANCHO DE IÇAMENTO DE MATERIAL, 01 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18" E 01 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12", TRANSMISSÃO SINCRONIZADA POSSUINDO 04 VELOCIDADES À FRENTE A 04 À RÉ, FREIO MULTIDISCO EM BANHO DE ÓLEO, PROTETOR DE CARDÃ, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 135 LITROS, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 6.500 KGS, QUATRO CUBOS PLANETÁRIOS IQUAIS NAS EXTREMIDADES DAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS, PNEUS DIANTEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 12.5/80-18, 10 LONAS E TRASEIROS 17,5-25 DE 12 LONAS, LAÇA DA RETRO EM PERFIL RETO, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE NO MÍNIMO 4,37 METROS. (SEM OPERADOR)</p>				
VALOR TOTAL					R\$ 130.000,00
VALOR POR EXTENSO:			Cento e trinta mil reais		

BENEFICIÁRIO DA ATA: L C MENDES E SILVA EIRELI		
CNPJ: 27.899.767/0001-50	FONE/FAX:	
ENDEREÇO: Rua Buriti Bravo, nº 542, Bairro Guanabara Colinas – MA		
E-MAIL: Alpha.lc@hotmail.com		
REPRESENTANTE LEGAL: Lamark Cristiny Mendes e Silva		
CPF Nº: 640.909.903-78	RG Nº: 1031594989 – OAB-MA	
DADOS BANCÁRIOS:		
BANCO: Banco do Brasil	AGÊNCIA: 1312-9	CONTA: 7926-X
LOTE I - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	PRAZO	LANCE FINAL	VL TOTAL
3	LOCAÇÃO DE CAMIONETE CABINE DUPLA 4X4. COM MANUTENÇÃO EM DIAS PARA A FIEL EXECUÇÃO DO CONTRATO.POR UM PERIODO ESTIMADO DE 12 MESES	MÊS	10	12	R\$ 6.430,00	R\$ 771.600,00
VALOR TOTAL						R\$ 771.600,00
VALOR POR EXTENSO:		Setecentos e setenta e um reais e seiscentos reais				
LOTE II - HORAS MÁQUINA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT		LANCE FINAL	VL TOTAL
12	MÁQUINA PÁ-CARREGADEIRA, CHASSI ARTICULADO, MOTOR DIESEL, 06 CILINDROS, POTENCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 122 HP (SAE J 1349), SISTEMA ELÉTRICO DE 24V, TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO DE 03 VELOCIDADES À FRENTE E 03 À RÉ, FREIOS DE SERVIÇOS MULTIDISCO EM BANHO A ÓLEO NAS QUATRO RODAS, PNEUS 17,5 X 25 – 12 LONAS DIREÇÃO HIDRÁULICA, TIPO ORBITROL, TOLDO SOLAR, COMPARTIMENTO DO OPERADOR LOCALIZADO NO EIXO DIANTEIRO COM CHASSI TRASEIRO DA MÁQUINA, EQUIPAMENTO FRONTAL COM CAÇAMBA DE SERVIÇOS GERAIS DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,90 M³ (METROS	Hora Maquina	1000		R\$ 154,00	R\$ 154.000,00

	CÚBICOS), PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10 MIL QUILOS.(COM OPERADOR)				
13	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM AR CONDICIONADO, COM POTENCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 150HP – NORMA SAE J1349, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 14.000 KG IGUAL OU SIMILAR, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 5,00 M, COR PADRÃO DO FABRICANTE, ALCANCE HORIZONTAL MÍNIMA DE 9,80 M, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA DE 0,78 M ² , MOVIDO A DIESEL. (SEM OPERADOR)	Hora Maquina	1000	R\$ 176,00	R\$ 176.000,00
15	ROLO COMPACTADOR , EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM OPÇÃO DE TROCA TIPO LISO OU PÉ DE CARNEIRO, COM KIT CAPA, COM NO MÍNIMO DE 140HP (SEM OPERADOR).	Hora Maquina	1000	R\$ 113,00	R\$ 113.000,00
16	MINI-CARREGADEIRA (TIPO BOBCAT) EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA: 839 KG, CAP. OP. COM CONTRAPESO OPCIONAL: 908 KG, CARGA DE TOMBAMENTO: 1849 KG, ALTURA ATÉ O PINO DA CAÇAMBA: 3 M, TRAJETÓRIA DE ELEVAÇÃO DO BRAÇO: VERTICAL, PESO OPERACIONAL: 2821 KG, LARGURA (COM	Hora Maquina	1000	R\$ 83,00	R\$ 83.000,00

	CAÇAMBA): 1727 MM, ALTURA: 1938 MM, POTÊNCIA: 59 HP, TIPO: TURBO DIESEL, SISTEMA DE ARREFECIMENTO DUPLO: STANDARD. (SEM OPERADOR)				
VALOR TOTAL					R\$ 526.000,00
VALOR POR EXTENSO:		Quinhentos e vinte e seis mil reais			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. A **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** e o **BENEFICIÁRIO** se vinculam plenamente à presente Ata de Registro de Preços e aos documentos adiante enumerados que integram o **Processo Administrativo nº 085/2020** e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Edital do **Pregão Presencial nº 014/2020-CPL**;
- c) Proposta de Preços do **BENEFICIÁRIO** e demais documentos apresentados no procedimento da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A presente Ata de Registro de Preços e os eventuais Contratos Administrativos reger-se-ão pelas seguintes normas:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;
- d) Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- e) Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000;
- f) Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
- g) Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;
- h) Edital do Pregão Presencial e seus anexos;
- i) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria;
- j) Subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições desta Ata de Registro de Preços e as disposições dos documentos que a integram, deverá prevalecer o conteúdo de suas cláusulas.

3.3. Os casos omissos serão decididos pela **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** contados de sua publicação, vedada sua prorrogação, conforme dispõe o artigo 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c artigo 12, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA AS FUTURAS CONTRATAÇÕES

5.1. O **BENEFICIÁRIO** obrigará-se a cumprir todas as condições dispostas nesta Ata de Registro de Preços, assumindo a partir da sua assinatura o compromisso de atender as aquisições solicitadas pela **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, ficando ainda sujeita às penalidades cabíveis pelo descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

5.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a prestação dos serviços pretendidos, hipótese em que ficará assegurado ao **BENEFICIÁRIO** a preferência na contratação, desde que a sua Proposta atenda às mesmas condições do licitante vencedor, consoante dispõe o artigo 16, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

5.3. São partes legítimas neste Registro de preços.

- a) Secretaria Municipal de Administração – **Órgão Gerenciador**
- c) Fundo Municipal de Saúde – **Órgão Participante**
- d) Secretaria e Fundo Municipal de Educação - **Órgão Participante**

CLÁUSULA SEXTA – DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1. As contratações com o **BENEFICIÁRIO** da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** por meio de **Contrato Administrativo**, respeitado o princípio da anualidade previsto no artigo 57, 'caput', da Lei Federal nº 8.666/1993.

6.2. O **BENEFICIÁRIO** da Ata de Registro de Preços será convocado pelo Fiscal do Contrato para retirar a Nota de Empenho da Despesa e assinar o Contrato Administrativo, observado o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.1. O prazo para a assinatura do Contrato estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período quando solicitado pelo **BENEFICIÁRIO** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**.

6.3. É facultado à **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, quando o **BENEFICIÁRIO** não comparecer, não apresentar todos os documentos de regularidade exigidos, recusar-se a retirar a Nota de Empenho da Despesa e a assinar o Contrato Administrativo ou tiver seu registro cancelado, convocar licitante do **CADASTRO DE RESERVA**, observada a ordem de classificação, uma na falta da outra, para fornecer o material que se pretende adquirir, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo **BENEFICIÁRIO**, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

6.3.1. É facultado ao Pregoeiro reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes, quando não houver opção decorrente do **CADASTRO DE RESERVA**.

6.3.2. Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

6.3.3. A recusa em retirar a **Nota de Empenho da Despesa**, oferecer a **Garantia de Execução** e assinar a **Contrato Administrativo**, sem motivo justificado e aceito pela **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, observado o prazo estabelecido no item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e implicará na aplicação das sanções previstas na **Cláusula Onze**, item **11.2**, desta Ata.

6.4. Para a assinatura do **Contrato Administrativo**, o **BENEFICIÁRIO** deverá ser representada por sócio que tenha poderes de administração ou por procurador com poderes específicos apresentando no ato cópia do instrumento comprobatório.

6.5. O **BENEFICIÁRIO** se obriga a manter, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

6.6. No ato da assinatura do **Contrato Administrativo**, o **BENEFICIÁRIO** deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PROCESSOS DE COMPRAS

7.1. Após a celebração do Contrato Administrativo indicado na Cláusula anterior, cada Órgão Participante deverá formalizar 'Processo de Compra' específico, sempre que houver necessidade de contratação, com a indicação dos serviços que se pretende adquirir, observadas as normas internas pertinentes à instrução dos autos.

7.2. Os processos de compras deverão ser encaminhados para consulta prévia do ÓRGÃO GERENCIADOR, a fim de obter os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados.

7.3. A execução das eventuais e futuras contratações será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 65 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.3.1. Competirá ao **Fiscal do Contrato** dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, por intermédio do **Órgão Gerenciador**, promover as negociações junto ao **BENEFICIÁRIO**, observadas as disposições contidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** deverá:

a) Convocar o **BENEFICIÁRIO** visando à negociação para redução de preços e sua adequação praticado no mercado;

b) Frustrada a negociação, o **BENEFICIÁRIO** que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

c) Convocar os fornecedores integrantes do CADASTRO DE RESERVA, observando a ordem de classificação da licitação, visando a igual oportunidade de negociação;

d) Caso não haja mais opção no CADASTRO DE RESERVA, a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** poderá convocar as licitantes remanescentes para negociação.

8.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **BENEFICIÁRIO** não puder cumprir o compromisso, o **Órgão Gerenciador** poderá:

a) Convocar os fornecedores integrantes do CADASTRO DE RESERVA para negociarem a majoração dos preços, devendo restar comprovado que o novo preço ainda é mais vantajoso à Administração, frente aos valores praticados no mercado. Caso não haja mais opção no CADASTRO DE RESERVA, a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** poderá convocar as licitantes remanescentes para negociação;

b) No caso de fracasso na negociação, liberar os fornecedores do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de prestação de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

8.4. Não havendo êxito nas negociações a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou de item desta, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido nesta Ata, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993 ou no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador** da **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovado e justificado:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

9.5. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o Processo, a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** fará o devido apostilamento na **Ata de Registro de Preços** e informará aos **BENEFICIÁRIOS** a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública ou entidades privadas que não tenham participado do certame licitatório (“Carona”), mediante prévia consulta à **Secretaria Municipal de Administração**, para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor, conforme dispõe o artigo 22, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

10.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à **Secretaria Municipal de Administração**, se manifestará quanto à possibilidade de adesão, conforme dispõe o artigo 22, § 1º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

10.1.2. Caberá ao **BENEFICIÁRIO** desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços decorrente de adesão, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, conforme dispõe o artigo 22, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

10.1.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata decorrente deste Pregão, conforme o artigo 22, § 3º, do Decreto Federal nº 7.892/2013, (redação alterada pelo Decreto Federal nº 9.488/2018).

10.1.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado nesta Ata, independente do número de órgãos não participantes que venham a aderir, conforme o artigo 22, § 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013, (redação alterada pelo Decreto Federal nº 9.488/2018).

10.1.5. Após a autorização da **Secretaria Municipal de Administração**, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias consecutivos**, observado o prazo de vigência desta Ata, conforme o artigo 22, § 6º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

10.1.6. A **Secretaria Municipal de Administração**, não responde pelos atos praticados no âmbito do órgão participante e do carona.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na **Lei Federal nº 10.520/2002** e na **Lei Federal nº 8.666/1993**.

11.2. Conforme previsto no Edital, caso algum licitante, injustificadamente, não comparecer ou recusar-se a assinar a **Ata de Registro de Preços**; não comparecer ou recusar-se a retirar a **Nota de Empenho**, oferecer a **Garantia de Execução**, ou a assinar o **Contrato** e a **Ordem de fornecimento**, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) **Impedimento** de licitar e contratar com a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, a teor do disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

b) **Multa de 10% (dez por cento)** do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

11.3. O atraso injustificado na entrega ou substituição dos itens solicitados sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

a) Multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)**, incidente sobre o valor total dos serviços prestados com atraso, até o limite de **10% (dez por cento)**;

b) Multa moratória diária de **0,06% (seis centésimos por cento)**, incidente sobre o valor total dos serviços reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de **10% (dez por cento)**.

11.4. Além da multa aludida no item anterior, a **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções ao **BENEFICIÁRIO**, quando **CONTRATADA**, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

a) **Advertência**;

b) **Multa** compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do Contrato;

c) **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. As sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 'b'.

11.6. Caberá ao **Fiscal do Contrato**, propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

11.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela **Prefeitura Municipal de Porto Franco - MA**.

11.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

11.9. O licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante previsto no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES

12.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito desta Ata ou das eventuais e futuras contratações, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Em conformidade com o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores), até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca da cidade de **Porto Franco - MA**, Estado do Maranhão para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente Ata de Registro de Preços e das Ordens de Serviços dela decorrentes.

14.2. Nada mais havendo a tratar, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, na presença das testemunhas abaixo declinadas, em **02 (duas) vias** de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Porto Franco - MA, 01 de junho de 2020.

Celiano Francisco Cavalcante da Silva
Secretário Municipal de Administração de Porto Franco – MA
ÓRGÃO GERENCIADOR

L C MENDES E SILVA EIRELI
CNPJ: 27.899.767/0001-50,
Lamark Cristiny Mendes e Silva
RG nº1031594989 – OAB-MA
CPF nº 640.909.903-78.
BENEFICIÁRIO

C & F SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ n.º 10.256.060/0001-23

Cayo César Franco Fonseca

CPF nº 013.100.413-18

BENEFICIÁRIO

TESTEMUNHAS:	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Estado do Maranhão
Diário Oficial do Município

Praça da Bandeira, 10, Centro, CEP: 65.970-000 Porto Franco - MA

SITE:

www.portofranco.ma.gov.brNELSON HORÁCIO MACEDO FONSECA
Prefeito MunicipalCeliano Francisco Cavalcante da Silva
Secretário Municipal de Administração